

ACESSO À CULTURA, FITOTERAPIA E MEDICINA POPULAR COMO ESTRATÉGIA PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE DE INDIVÍDUOS E DE COMUNIDADES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

RESUMO

Caracterização do problema: Nas últimas décadas, as Políticas Públicas de Promoção da Saúde, no Brasil, têm se caracterizado pela priorização de práticas paternalistas e prescritivas, calcadas em procedimentos individualizados voltados a mudanças comportamentais, com estímulo ao abandono de práticas consideradas de risco à saúde em contraposição à adoção de hábitos de vida saudáveis.

Em geral, a ênfase retórica promocional da saúde está em estimular a saúde positiva, prevenindo doenças mais do que as tratando, desenvolvendo indicadores e avaliações de desempenho baseados em objetivos específicos. Não raro se recorre ao uso da mídia nos grandes veículos de comunicação de massa para colocar no mercado comportamentos e atitudes (estilos de vida) que sirvam de padrão para uma vida salutar.

Importante salientar que, apesar do modelo descrito acima, a promoção da saúde pode adotar uma variedade imensa de estratégias políticas e organizacionais, as quais abrangem desde aquelas posturas ditas conservadoras, ou até mesmo a sua antítese, com perspectivas críticas consideradas como radicais ou libertárias.

Sob a ótica mais tradicionalista, a promoção da saúde seria um meio de direcionar indivíduos a assumirem a responsabilidade por sua saúde e, ao assim procederem, reduzirem o impacto financeiro da assistência à saúde nas economias nacionais. Um formato, portanto, amplamente difundido nos países ditos em desenvolvimento.

Na outra vertente, reformista, a promoção da saúde atuaria como um mecanismo estratégico para criar mudanças na relação entre cidadãos e o Estado, pela ênfase em políticas públicas que privilegiem a atuação intersectorial. Ou, ainda, pode constituir-se numa perspectiva de transformações sociais mais profundas, como naquelas propostas de educação popular através do campo da saúde.

Nesse sentido, algumas recentes iniciativas e políticas de saúde oficiais têm resgatado os valores da sociologia da saúde e da medicina preventiva para o enfrentamento dos nós críticos da assistência à saúde de algumas populações historicamente negligenciadas.

Está claro, contudo, que o novo prestígio desfrutado pelo campo da Saúde Coletiva está diretamente atrelado ao interesse dos financiadores do sistema público de saúde em reduzir os crescentes gastos com o setor.

Ainda assim, é preciso lutar para que os gestores passem a compreender que, mais do que o acesso a serviços assistenciais de qualidade, faz-se necessário o enfrentamento dos determinantes da saúde em todas as frentes, o que requer políticas públicas saudáveis desenvolvidas por meio de ações intersectoriais articuladas. Entre as estratégias fundamentais adotadas na maioria dos países, destacam-se aquelas voltadas à Promoção da Saúde.

Afinal, inúmeros documentos deixam clara a importância da questão da intersetorialidade em seus discursos, bem como a idéia de responsabilização do setor público, não só pelas políticas sociais implantadas (ou mesmo esquecidas), mas também pelos modelos de (sub) desenvolvimento adotados e suas conseqüências sobre a saúde dos indivíduos e das coletividades.

Descrição da experiência: No presente trabalho, os autores apresentam o relato de uma exitosa experiência de Promoção da Saúde no Município de São José, localizado na região metropolitana de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina. O Centro de Saúde Areias, local onde os trabalhos tiveram sua origem, atende a uma população de aproximadamente 30.000 pessoas.

Com atuação multiprofissional e intersetorial desenvolvidas por iniciativa e sob coordenação do Médico de Família e Comunidade local, a população adstrita à Unidade de Saúde do bairro Areias (urbanisticamente periférica e socialmente vulnerável e fragilizada) optou por desenvolver ações de promoção da saúde por meio de uma perspectiva mais libertária.

Através de oficinas de Fitoterapia e Medicina Popular, se trouxe novamente à tona os saberes e as práticas tradicionais da cultura, das artes e da medicina do povo Josefense, de origem étnica multicultural, mas cuja influência é predominantemente luso-açoriana.

A equipe de saúde, utilizando a infra-estrutura disponibilizada pelo serviço público e pelas instituições não governamentais de sua área de abrangência, possibilitou que usuários das mais variadas faixas etárias tivessem acesso, e para alguns pela primeira vez em toda a vida, a atrações artístico-culturais como Teatro, Museu, Biblioteca e Escola de Oleiros, todos públicos e geridos pela administração municipal.

Também merecem destaque as visitas ao Horto de Plantas Medicinais do Hospital Universitário (HU) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e ao Parque Ecológico do Córrego Grande, ocasiões em que os pacientes foram agraciados com doações de mudas de árvores frutíferas nativas da região. Os mais velhos puderam compartilhar com todos os presentes os seus saberes sobre o cultivo e a utilização popular destes compostos como adjuvantes dos tratamentos de saúde.

Não se pretende, com isso, considerar a experiência aqui relatada como a melhor ou a única forma de se promover saúde, nem tampouco negar a validade de iniciativas diferentes. Intentamos tão somente estimular a disseminação da utilização desse tipo de expediente, que se constitui na atualidade em uma ferramenta indispensável ao desenvolvimento de ações e programas de saúde socialmente mais justos.

Efeitos alcançados: Visitas dirigidas a importantes pontos históricos e turísticos regionais, aliadas a passeios guiados (em grupos de até 40 pessoas) por áreas públicas de lazer, como parques florestais e praças, por exemplo, serviram como importantes espaços para a prática de atividade física acompanhada de profissionais habilitados, bem como de sociabilização para todos os atores do setor, estreitando o vínculo entre profissionais e usuários dos serviços de saúde.

Tais mecanismos de promoção da saúde e da qualidade de vida permitiram o resgate da integração entre seres humanos e a natureza à sua

volta, e acabaram por ser reconhecidos como instrumentos estratégicos no incentivo ao exercício da cidadania e para a consolidação do empoderamento da clientela que utiliza os serviços públicos de saúde cotidianamente.

Ademais, novas possibilidades terapêuticas se abriram, com a implantação de um horto de plantas medicinais anexo à Unidade Local de Saúde, cuja gestão e manutenção ficaram a cargo da própria população e de seus líderes comunitários. Conhecimentos sobre fitoterapia, botânica, agronomia e medicina popular foram adquiridos e transmitidos na prática diária, permitindo a todos vivenciarem o prazer advindo do contato com a terra e com a produção de seus frutos.

Mais do que multidisciplinares, as ações desenvolvidas se notabilizaram por pautarem suas abordagens do processo saúde/doença de forma inter e até mesmo transectorial, agregando conhecimentos de áreas como a Educação, Cultura, Sociologia, Religião e Assistência Social.

O incontestável sucesso alcançado pela equipe foi imediatamente reconhecido pelos gestores municipais do setor saúde, que renderam aos idealizadores do projeto uma homenagem de congratulação pela iniciativa e pela perspicácia demonstradas.

Recomendações: Infelizmente, a saúde promocional, em suas formulações científicas hegemônicas, não costuma dedicar a necessária atenção em relação a dimensões socioculturais cruciais e a questões relativas a seus fundamentos filosóficos. Como consequência, sofre de graves tensões teóricas que as tornam demasiadamente frágeis. Seus conteúdos acabam afetados por afirmações de significados limitados, ou até mesmo destituídas de sentido.

Em sentido oposto, inúmeros autores nacionais e estrangeiros têm apontado o benefício do desenvolvimento de Políticas Públicas de Promoção da Saúde menos paternalistas e mais participativas. Desse modo, recomenda-se que os demais municípios catarinenses e brasileiros adotem uma posição pró-ativa na geração de saúde e bem-estar de seus habitantes, os quais devem ser incentivados a tomar frente no processo de co-responsabilização pela gestão dos problemas de saúde locais.

Obviamente que não há uma fórmula mágica ou uma receita de bolo que sirva a todas as peculiares situações enfrentadas no cotidiano da Saúde Coletiva em um país com dimensões continentais e realidades tão contrastantes.

Dessa forma, os serviços ofertados precisam ser constantemente negociados por todos os atores envolvidos (direta ou indiretamente) no tratamento da questão saúde em âmbito loco-regional, valendo-se, para tanto, dos recursos disponíveis em cada realidade específica. E aqui está a verdadeira intersectorialidade: engajamento político aliado a maior e melhor utilização das lideranças e do aparato para-estatal na proposição e efetivação das políticas públicas de saúde.

As relações políticas, não apenas aquelas partidárias e com fins eleitoreiros de ocasião, mas também, e sobretudo, as desenvolvidas em ambientes como os núcleos familiares e as associações comunitárias dos bairros, precisam urgentemente serem revistas. Uma nova realidade se impõe demandando um processo dialógico contínuo, no qual os debates se

estabeleçam entre grupos ideológicos embora conflitantes, direcionados ao encontro da melhor solução coletiva.

Por último, ainda que não com menos importância, os autores fazem questão de ressaltar o fundamental papel das instâncias colegiadas de controle social (conselhos e conferências), tradicionalmente subaproveitadas, no processo de transmutação ideológica do campo da saúde.